

Para José Miguel Júdice, que ontem depôs como testemunha abonatória de Paulo Penedos, mediar conversações entre empresas não é crime, nem quando se trata de negócios públicos e de estabelecer contactos com políticos.

Na 118.^a sessão do julgamento do caso Face Oculta, no Tribunal de Aveiro - onde Penedos responde por tráfico de influências - o antigo bastonário da Ordem dos Advogados afirmou que já o fez e vai continuar a fazê-lo, enquanto achar conveniente.

"Fazer pedidos a funcionários públicos não é crime, mas fazê-lo em troca de pagamento sim" admitiu, porém, Júdice, em resposta ao advogado da REFER. O causídico questionava o papel dos advogados em negócios entre empresas - referindo-se à intervenção de Penedos nas firmas de Manuel Godinho - e se essa mediação não poderia ser feita por outro tipo de profissionais. Júdice adiantou apenas que os advogados podem exercer funções não jurídicas.

Durante a sessão de ontem foi ainda ouvido Jaime Soares, presidente da Câmara de Vila Nova de Poiares. O autarca afirmou que sempre manteve uma boa relação com Paulo Penedos, mesmo quando foram adversários políticos. Valentim Garcia, que também depôs a favor de Penedos, garantiu que aquele sempre lamentou o envolvimento do pai, José Penedos, no processo - o ex-presidente da REN também é arguido.

Jorge Sampaio iria depor este mês, mas será ouvido apenas em Dezembro. O adiamento prende-se com questões relacionadas com a ONU, onde o ex-Presidente da República ocupa o cargo de alto representante para a Aliança das Civilizações.

Catarina Gomes Sousa e Tânia Laranjo | Correio da Manhã | 21-11-2012